

XL PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO REMUNERADO EM DIREITO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS.

INSTRUÇÕES GERAIS

- Este CADERNO DE PROVAS possui 24 questões de múltipla escolha, sendo: 12 questões de Direito Constitucional, 08 questões de Processo Civil e 04 questões de Introdução do Estudo do e uma REDAÇÃO.
- A prova tem duração de 04 (quatro) horas.
- Não é permitida destacar nenhuma das folhas do CADERNO DE PROVA.
- A FOLHA DE RESPOSTA DO CANDIDATO E A FOLHA OFICIAL DE REDAÇÃO não serão substituídas por erro de preenchimento.
- Não será permitida qualquer forma de identificação do candidato NA FOLHA DE RESPOSTA E NA FOLHA OFICIAL DE REDAÇÃO.
- Não é permitida a consulta a qualquer legislação (nem mesmo à Constituição Federal), doutrina, impressos ou anotações.
- O candidato poderá retirar-se do recinto sem o CADERNO DE PROVA a partir de 1 (uma) hora de aplicação da prova.
- O candidato poderá levar CADERNO DE PROVA nos últimos 30 minutos.
- Será eliminado o candidato que descumprir qualquer regra do edital.
- A divulgação do gabarito e do resultado será por meio do site www.pge.am.gov.br

Nome: _____

CPF: _____

RASCUNHO DA REDAÇÃO

**XL PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO REMUNERADO EM DIREITO NA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Acerca do controle de constitucionalidade, assinale a opção correta.

- a) A adoção, pela Constituição Federal de 1988 do controle de constitucionalidade concentrado extinguiu o controle difuso.
- b) No âmbito do STF, a análise da compatibilidade, em abstrato, de lei municipal em face da Constituição Federal deve ser realizada por meio de ADPF.
- c) É cabível ADC de lei ou ato normativo federal ou estadual.
- d) A ADPF é espécie de controle de constitucionalidade concentrado, que pode ser exercido por qualquer juízo ou tribunal no país.
- e) As decisões definitivas de mérito proferidas pelo STF em ADI produzem eficácia *inter partes* e efeito vinculante.

2. Em relação às regras de processo legislativo previstas na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- a) O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.
- b) Na Constituição Federal de 1988, não há previsão de iniciativa popular para projetos de lei ordinária.
- c) A sanção presidencial supre o vício de projeto de lei em que não tenha sido observada a iniciativa privativa do Presidente da República.
- d) A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República terão início no Senado Federal.
- e) Leis complementares serão aprovadas com o quórum qualificado de três quintos dos votos dos presentes.

3. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 é superior hierarquicamente aos demais atos normativos ordinários, sob o critério da supremacia formal, devido ao procedimento mais solene de alteração do seu texto. Em relação ao procedimento de Emendas Constitucionais, assinale a alternativa correta.

- a) Qualquer deputado ou senador pode, isoladamente, propor emenda à Constituição Federal.
- b) O voto obrigatório é uma cláusula pétrea expressa.
- c) A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, metade dos votos dos respectivos membros.
- d) A Constituição poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
- e) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado.

4. O Poder Constituinte se revela sempre como uma questão de ‘poder’, de ‘força’ ou de ‘autoridade’ política que está em condições de, numa determinada situação concreta, criar, garantir ou eliminar uma Constituição entendida como lei fundamental da comunidade política. Sobre o Poder Constituinte, é correto afirmar que:

- a) O poder constituinte originário é subordinado à ordem jurídica anterior, devendo obediência aos limites do poder de reforma.
- b) O poder constituinte derivado reformador pode suprimir cláusulas pétreas.
- c) Segundo a doutrina moderna e majoritária, a Nação é o titular do Poder Constituinte.
- d) O poder constituinte derivado reformador tem a capacidade de modificar a Constituição, por meio de um procedimento específico, estabelecido pelo originário, sem que haja uma verdadeira revolução.
- e) O poder constituinte difuso, que serve de fundamento para o fenômeno da mutação constitucional, altera o texto constitucional formalmente, por meio de procedimento mais solene e formal do que o previsto para a alteração da legislação ordinária.

5. Com fundamento no Princípio da Presunção de Constitucionalidade das leis, a Constituição Federal de 1988 estabelece a regra da Cláusula de Reserva de Plenário, a respeito da qual, é correto afirmar:

- a) A chamada “Cláusula de Reserva de Plenário” significa que, se um Tribunal for declarar a inconstitucionalidade de uma lei ou ato normativo, é obrigatória que essa declaração de inconstitucionalidade seja feita pelo voto da maioria relativa do Plenário ou do órgão especial deste Tribunal.
- b) Submete-se à cláusula de Reserva de Plenário a declaração de inconstitucionalidade de qualquer ato administrativo.
- c) Viola a cláusula de reserva de plenário a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei, afasta a sua incidência no todo ou em parte.
- d) O controle de legalidade dos atos da Administração Pública submete-se à obrigatoriedade da Cláusula de Reserva de Plenário.
- e) Tratando-se da via difusa de controle de constitucionalidade no Brasil, em nenhuma hipótese será dispensada a cláusula de reserva de plenário.

6. José Afonso da Silva classifica as normas constitucionais em relação à sua eficácia, em normas eficácia plena, contida ou limitada. Em relação às normas de eficácia plena, é correto afirmar:

- a) Necessitam de complementação para que possam produzir efeitos.
- b) Possuem aplicabilidade direta, imediata e integral.
- c) Podem ter sua abrangência reduzida, por meio de um fator de restrição previsto na própria Constituição.
- d) Possuem aplicabilidade diferida.
- e) Não possuem caráter vinculante.

7. Uma das principais características do federalismo brasileiro é o caráter cooperativo, por meio de competências verticais com o objetivo de tornar mais eficiente o desempenho das tarefas públicas. Acerca da distribuição de competências legislativas, assinale a alternativa correta:

- a) A União, no âmbito da legislação concorrente, possui competência para editar normas gerais e específicas sobre o tema.
- b) É competência privativa dos Estados legislar sobre direito civil e do trabalho.
- c) Aos Municípios, a Constituição Federal de 1988, delega a competência legislativa residual.

- d) Os Estados possuem competência legislativa para suplementar as normas gerais editadas pela União no âmbito da competência concorrente.
- e) A superveniência de lei federal sobre normas gerais revoga a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

8. O direito de greve é um direito fundamental, que legitima a paralisação coletiva da prestação do serviço pelos trabalhadores como meio de fortalecimento dos pleitos trabalhistas em face dos empregadores. Sobre o assunto, assinale a alternativa verdadeira.

- a) A Constituição Federal assegura expressamente aos trabalhadores o direito de greve e a prerrogativa de decidir sobre a oportunidade de exercê-los e os interesses a serem tutelados.
- b) O direito de greve aos trabalhadores em geral é estendido, expressamente, pela Constituição Federal de 1988, aos servidores civis nos mesmos termos e condições.
- c) Ao militar é proibida a greve, mas é permitido a livre sindicalização.
- d) Segundo o STF, enquanto não editada lei específica disciplinando a greve dos servidores públicos, não é possível o exercício desse direito, por se tratar de uma norma de eficácia limitada.
- e) O direito de greve dos trabalhadores em geral é uma norma de eficácia plena, que não admite restrição por legislação ordinária.

9. A Constituição Federal, embora outorgue aos Estados-membros o poder de auto-organização por meio de Constituição Estadual, exige a observância dos princípios estabelecidos pela própria Constituição Federal.

- a) A Constituição Estadual é manifestação do poder constituinte originário.
- b) O princípio da simetria impede que a Constituição Estadual estabeleça a iniciativa popular em projeto de emenda constitucional estadual.
- c) Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado.
- d) Os Estados não possuem autonomia, estando subordinados à soberania da União.
- e) Por meio de lei ordinária, os Estados podem instituir regiões metropolitanas.

10. Sobre a disciplina constitucional da Advocacia Pública e Privada, assinale a alternativa correta.

- a) A Defensoria Pública integra a Advocacia Pública.
- b) A Procuradoria Geral do Estado é órgão integrante do Poder Judiciário.
- c) A Advocacia é reconhecida como função essencial à justiça.
- d) Aos Procuradores dos Estados cabe a representação apenas judicial do Estado, não sendo responsáveis pela consultoria jurídica.
- e) Segundo o STF, é constitucional a instituição de procuradorias autárquicas independentes e desvinculadas da Procuradoria Geral do Estado.

11. Sobre a organização administrativa, marque a alternativa correta.

- a) As empresas públicas e sociedades de economia mista, por estarem sujeitas ao regime privado, não dependem de autorização legislativa para serem criadas.
- b) As fundações públicas sempre possuem regime jurídico de direito público.
- c) A criação de entidades da administração indireta decorre do processo de desconcentração administrativa.
- d) Pelo princípio do paralelismo das formas, a extinção de uma autarquia depende de lei específica.

e) Uma autarquia representa um órgão dentro da administração pública, sem personalidade jurídica própria.

12. Segundo a Constituição Federal de 1988:

- a) Em regra, é permitido a acumulação de cargos públicos quando houver compatibilidade de horários.
- b) Não é permitido que uma pessoa acumule um cargo de professor de uma universidade pública federal e outro de uma universidade pública estadual.
- c) Segundo o STF, nos casos em que se permite a acumulação de cargos públicos, deve-se respeitar o limite de 60 horas semanais.
- d) É possível que todos os profissionais da saúde acumulem dois cargos públicos remunerados.
- e) É possível a acumulação de um cargo de professor com outro técnico ou científico.

PROCESSO CIVIL

13. Sobre as normas fundamentais do processo civil, é INCORRETO afirmar:

- a) O processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado conforme os valores e as normas fundamentais estabelecidos na Constituição Federal, observando-se as disposições do CPC;
- b) O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei;
- c) Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito, sendo permitida a arbitragem, na forma da lei;
- d) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados pelos juízes, não cabendo tal dever aos advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, por serem partes;
- e) Aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé.

14. Sobre as normas fundamentais do processo civil, é CORRETO afirmar:

- a) Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida, não havendo exceção a essa regra;
- b) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício;
- c) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos – inclusive, obrigatoriamente, nos casos de segredo de justiça –, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade;
- d) Os juízes e os tribunais atenderão, sempre e obrigatoriamente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão;
- e) A lista de processos aptos a julgamento poderá ser informada ao requerente, apenas mediante requerimento devidamente justificado.

15. Sobre a aplicação das normas processuais e sobre a ação, assinale a alternativa que está em DESACORDO com o CPC:

- a) A jurisdição civil será regida pelas normas processuais brasileiras, ressalvadas as disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte;
- b) A norma processual será aplicável imediatamente aos processos em curso, revogando os atos processuais praticados sob a vigência da norma anterior;
- c) Na ausência de normas que regulem processos eleitorais, trabalhistas ou administrativos, as disposições do CPC lhes serão aplicadas supletiva e subsidiariamente;
- d) Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade;
- e) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico.

16. Sobre a competência, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) As causas cíveis serão processadas e decididas pelo juiz nos limites de sua competência, ressalvado às partes o direito de instituir juízo arbitral, na forma da lei;
- b) É competente o foro de domicílio do réu para as causas em que seja autor Estado ou o Distrito Federal;
- c) Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, mesmo se suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta;
- d) A competência relativa poderá modificar-se pela conexão ou pela continência;
- e) A incompetência, absoluta ou relativa, será alegada como questão preliminar de contestação.

17. Sobre a capacidade processual, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os Estados e o Distrito Federal serão representados em juízo, ativa e passivamente, por seus procuradores;
- b) Da mesma forma que os Estados e o Distrito Federal, os Municípios só podem ser representado sem juízo por seus Procuradores;
- c) O incapaz pode demandar livremente em juízo, sem ser representado ou assistido, desde que constitua advogado;
- d) O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, inclusive quando casados sob o regime de separação absoluta de bens;
- e) Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, será ônus da parte contrária alegar isso na primeira oportunidade, não cabendo ao juiz determinar qualquer providência para que seja sanado o vício.

18. Além de outros previstos no CPC, as alternativas a seguir contemplam deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo, EXCETO:

- a) Não formular pretensão ou de apresentar defesa quando cientes de que são destituídas de fundamento;
- b) Não produzir provas e não praticar atos inúteis ou desnecessários à declaração ou à defesa do direito;
- c) Cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, e não criar embaraços à sua efetivação;
- d) Declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereço residencial ou profissional onde receberão intimações, atualizando essa informação sempre que ocorrer qualquer modificação temporária ou definitiva;
- e) Empregar as palavras que melhor expressem seus interesses e direitos, ainda que eventualmente sejam ofensivas, havendo imunidade funcional pelas manifestações proferidas nos autos.

19. Sobre os poderes, deveres, responsabilidade e impedimentos do juiz, assinale a alternativa que está em DESACORDO com o CPC:

- a) Dirigirá o processo conforme as disposições do CPC, incumbindo-lhe assegurar às partes igualdade de tratamento;
- b) Pode dilatar os prazos processuais e alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito;
- c) Decidirá o mérito nos limites propostos pelas partes, sendo-lhe vedado conhecer de questões não suscitadas a cujo respeito a lei exige iniciativa da parte;
- d) Responderá, civil e regressivamente, por perdas e danos, quando, no exercício de suas funções, proceder com dolo ou fraude;
- e) Exercerá suas funções – sem impedimento – no processo em que interveio como mandatário da parte, oficiou como perito, funcionou como membro do Ministério Público ou prestou depoimento como testemunha;

20. Sobre a suspeição do juiz, está em DESACORDO com o CPC a seguinte alternativa:

- a) Não há suspeição do juiz que for amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados;
- b) Há suspeição do juiz que receber presentes de pessoas que tiverem interesse na causa antes ou depois de iniciado o processo, que aconselhar alguma das partes acerca do objeto da causa ou que subministrar meios para atender às despesas do litígio;
- c) Há suspeição do juiz quando qualquer das partes for sua credora ou devedora, de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta até o terceiro grau, inclusive;
- d) Há suspeição do juiz quando for interessado no julgamento do processo em favor de qualquer das partes;

- e) O juiz poderá declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, sem necessidade de declarar suas razões.

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

21. Acerca da aplicação da norma jurídica no espaço, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A lei do país em que domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.
- b) Os Governos estrangeiros não poderão adquirir no Brasil bens imóveis, porém podem adquirir a propriedade dos prédios necessários à sede dos representantes diplomáticos ou dos agentes consulares.
- c) Para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país em que se constituírem.
- d) As leis, atos e sentenças de outro país, bem como quaisquer declarações de vontade, não terão eficácia no Brasil, quando ofenderem a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes.
- e) As organizações destinadas a fins de interesse coletivo, como as sociedades e as fundações, obedecem à lei do domicílio do seu representante.

22. Segundo a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - LINDB, “salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada”. Se antes de entrar em vigor ocorrer nova publicação destinada à correção de texto, o prazo da *vacatio legis* será:

- a) inalterado, desde que não tenha havido alteração no conteúdo da lei.
- b) dobrado a partir do saldo remanescente.
- c) interrompido, começando a correr a partir da nova publicação do texto legal.
- d) suspenso, acrescentando-se o saldo remanescente.
- e) interrompido, começando a correr pela metade do saldo remanescente a partir da nova publicação do texto legal.

23. Lorenzo, cidadão italiano, domiciliado na França, estava no Brasil passando férias na casa que possui em Manaus, quando sofreu um acidente vascular cerebral, vindo a falecer no Brasil. Lorenzo deixou um filho, nascido em Portugal e a esposa, que era Sueca. De acordo com as disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, a sucessão de Lorenzo deve obedecer às leis:

- a) da Itália.
- b) da França.
- c) do Brasil.
- d) de Portugal.
- e) da Suécia.

24. Um Deputado Federal apresentou projeto de lei que altera a Lei n. 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos, revigorando dispositivo previsto na Lei n. 8.666/1993 – Antiga Lei de Licitações e Contratos, que foi ab-rogada pela nova lei em 30 de dezembro de 2023. Diante da situação hipotética narrada, assinale a afirmativa correta.

- a) a simples revogação de dispositivo da Lei n. 14.133/2021 revigora automaticamente a norma contida na Lei n. 8.666/1993.
- b) a repristinação tácita no Direito brasileiro é admitida quando as mudanças sociais a justificam.
- c) segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, admite-se atualmente a repristinação tácita como regra geral.
- d) para que ocorra a repristinação de dispositivo contido na Lei n. 8.666/1993, como deseja o deputado, é necessária a previsão expressa na novel norma jurídica.
- e) em regra geral, a lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

REDAÇÃO

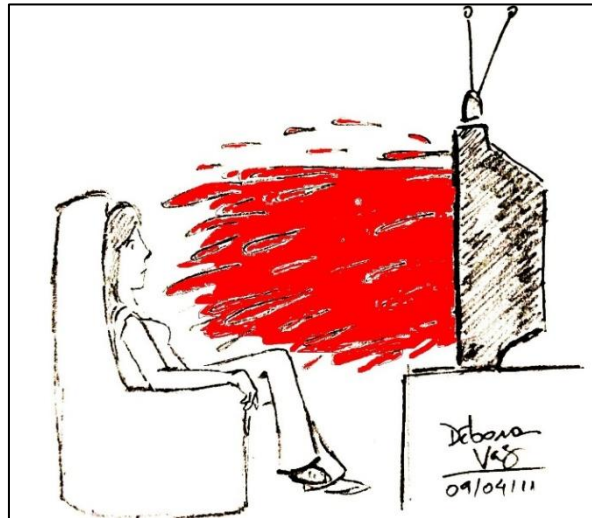
A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “**A BANALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA PELA MÍDIA BRASILEIRA**”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

Ao divulgar crimes, os veículos se preocupam com pormenores das situações, tornando a violência um grande e minucioso assunto. A informação jornalística já não basta; o importante passa a ser a perpetuação do interesse pelo crime, comparável ao que ocorre nas novelas, no sentido de levar ao extremo os acontecimentos para envolver os indivíduos. Nesse particular, destaca-se o caso da menina brasileira Isabela Nardoni, defenestrada do sexto andar de um edifício residencial de São Paulo na noite de 29 de março de 2008. O caso foi exaustivamente explorado pela imprensa, o que gerou uma espécie de notícia seriada. Mesmo na ausência de algum fato novo, o caso era exposto durante grande parte do dia, com imagens e interpretações excessivamente repetidas e exploradas, levando à conclusão de que, para ganhar a audiência, tudo se justificava: a transformação de herói sem anti-heróis e de vítimas em agressores e novamente em vítimas.

FONTE: Carvalhol, Denise W.; Freirel, Maria Teresa; Vilar, Guilherme. Violence and the media: the case of Brazil. Disponível em: <https://www.scielo.org>. Acesso em: 6 fev. 2021 (fragmento).

TEXTO II



FONTE: <https://serfelizeserlivre.blogspot.com/2012/09/a-espetacularizacao-da-violencia.html>

TEXTO III

Desde tempos remotos, populistas dominantes espetacularizavam a tragédia humana, para tirar proveito do interesse que o macabro desperta nas pessoas. Fatos violentos, reais ou fictícios, continuam sendo explorados como meio de atrair multidões, hoje, através da mídia, de modo efusivo. Para uns, são inequívocos os efeitos nocivos da violência nos meios de comunicação de massa, nas interações sociais, restando discutir-se, entretanto, a magnitude desses efeitos.

Santana, Marcos Sílvio de. A violência na mídia e seus reflexos na sociedade.

FONTE: <https://jus.com.br>. Acesso em: 6 fev. 2021 (fragmento).

TEXTO IV

Imagens representando situações de extrema violência - física e moral - invadem as telas da TV em todas as horas do dia e da noite na maioria das emissoras. O hábito, a inércia e uma certa complacência distraída transformam o telespectador em voyeur participante que se diverte. [...] O sucesso da violência como estilo estético e como símbolo ou metáfora do mundo contemporâneo parece incontestável: os números de audiência o comprovam. Em termos estéticos, a repetição e o uso abusivo destas figuras de estilo tendem a banalizar o efeito no espectador. Belloni, Maria Luiza. Estética da violência: sucesso e banalização da violência na mídia podem obscurecer a compreensão da realidade e levar a avaliações precipitadas. Comunicação & Educação, São Paulo, (12): 43 a 48, maio/ago. 1998 (adaptado).

OBSERVAÇÕES:

- O texto deverá ter no máximo 25 linhas;
- **Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:** a) Tiver menos de 20 linhas escritas, sendo considerado

“insuficiente”; **b)** Fugir ao tema ou não atender ao tipo dissertativo-argumentativo e
c) Ferir os direitos humanos;